



Ministério da Fazenda

*Evolução e Perspectivas da
Economia Brasileira*

Ministro Guido Mantega

Agosto - 2006

*Apresentação para a Americas
Society - Council of the Americas,
São Paulo*



Novo Ciclo de Desenvolvimento

- **Crescimento Sustentável**
- **Consolidação dos Fundamentos Macroeconômicos**
- **Expansão do Mercado Externo e Interno**
- **Redução das Desigualdades**



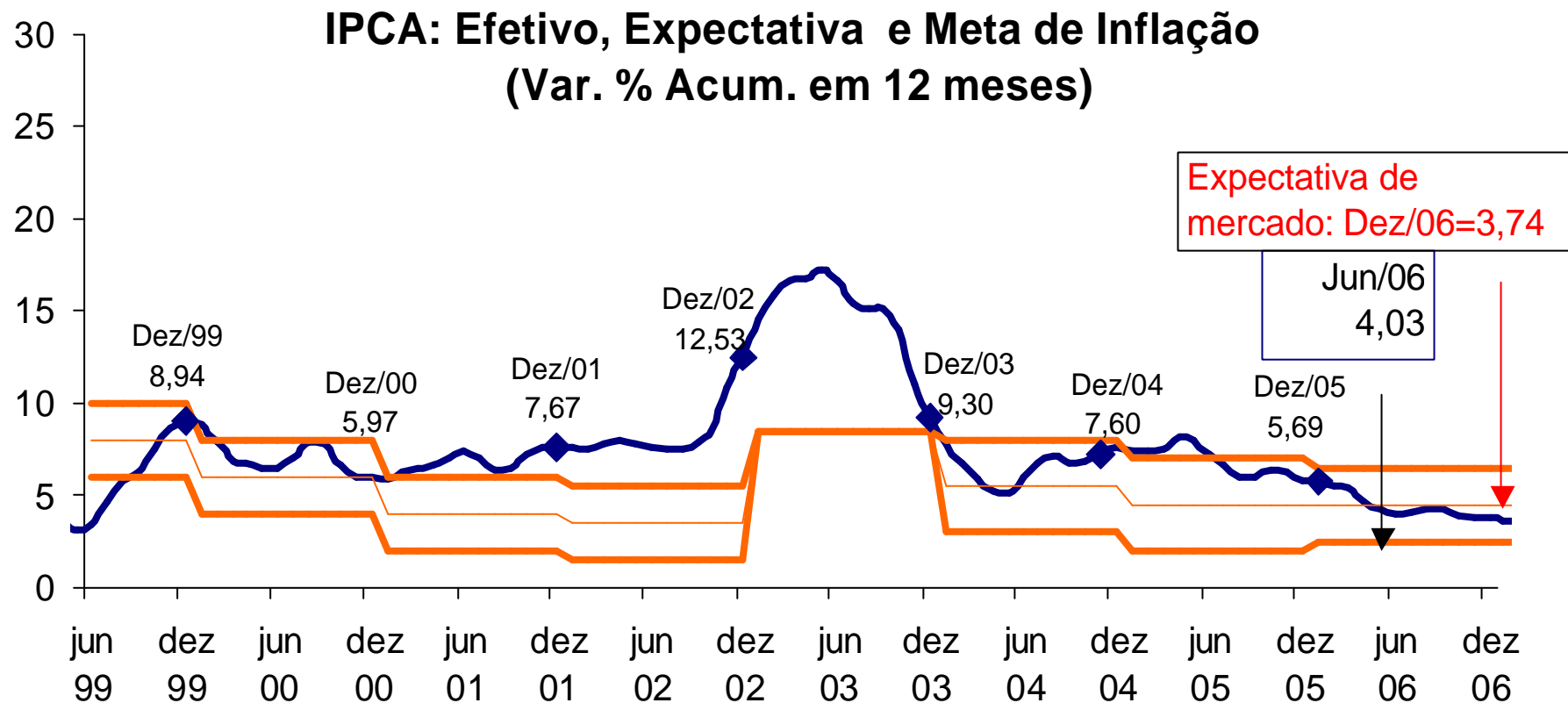
CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL ASSENTADO EM 3 PILARES

- **Estabilidade de Preços**
- **Responsabilidade Fiscal**
- **Redução da Vulnerabilidade Externa**



Redução e Controle da Inflação

A taxa de inflação está sob controle e as expectativas de mercado indicam que as metas de 2006-07 serão cumpridas.

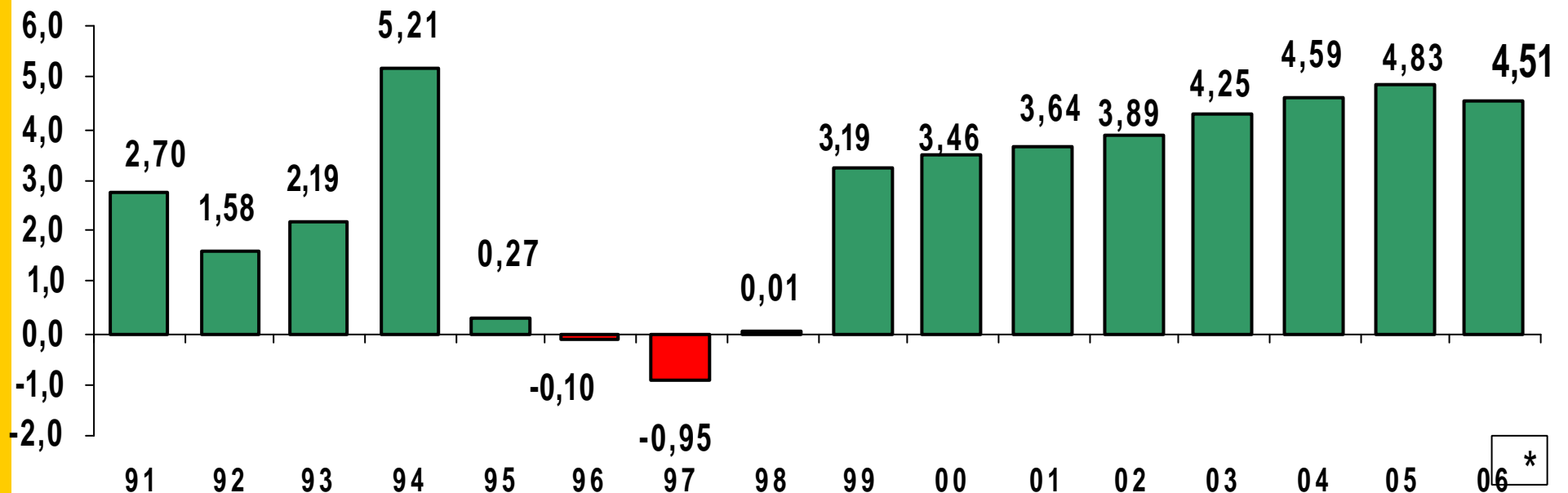




Aumento do Superávit Primário

Com base na meta de 4,25% para 2006, o superávit primário do setor público aumentará de uma média de 3,55% do PIB, em 1999-2002, para 4,48% do PIB em 2003-06.

Resultado Primário do Setor Público (em % do PIB)



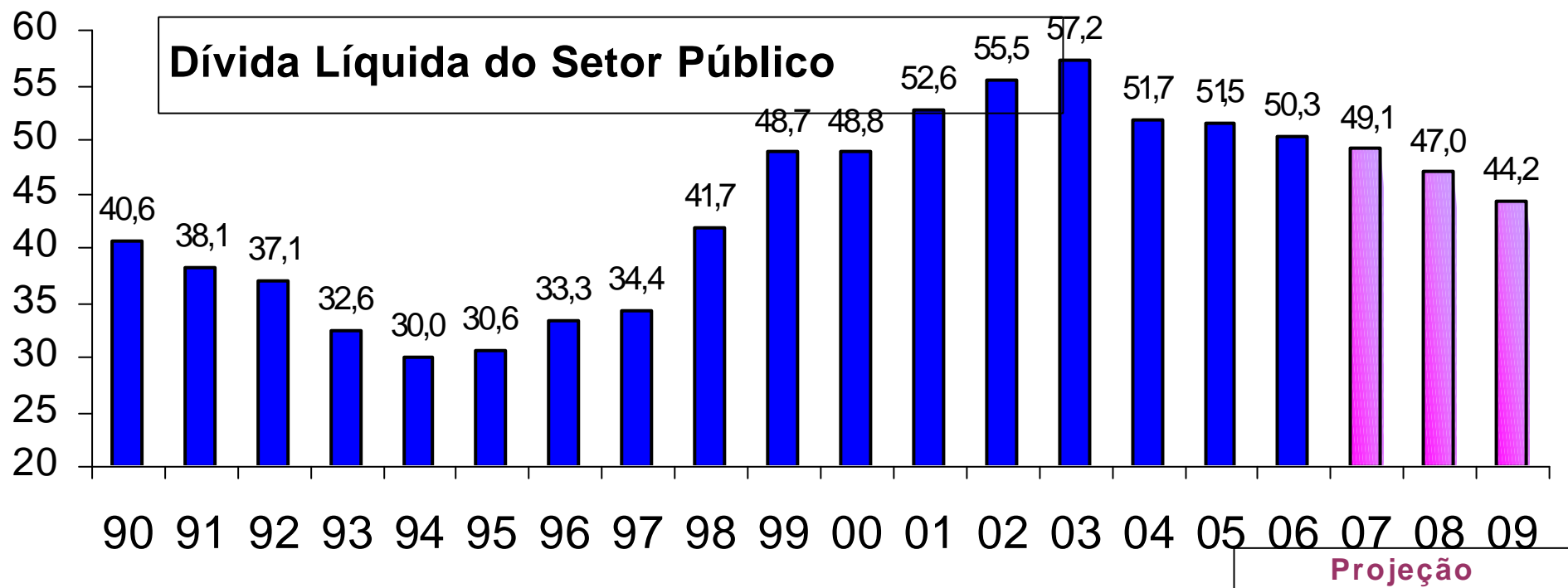
(*) 12 meses até Junho

Fonte: Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



Redução da Dívida Pública

A elevação do superávit primário interrompeu a trajetória de 9 anos de crescimento do endividamento público.



Observação: 2006 – saldo em Junho.

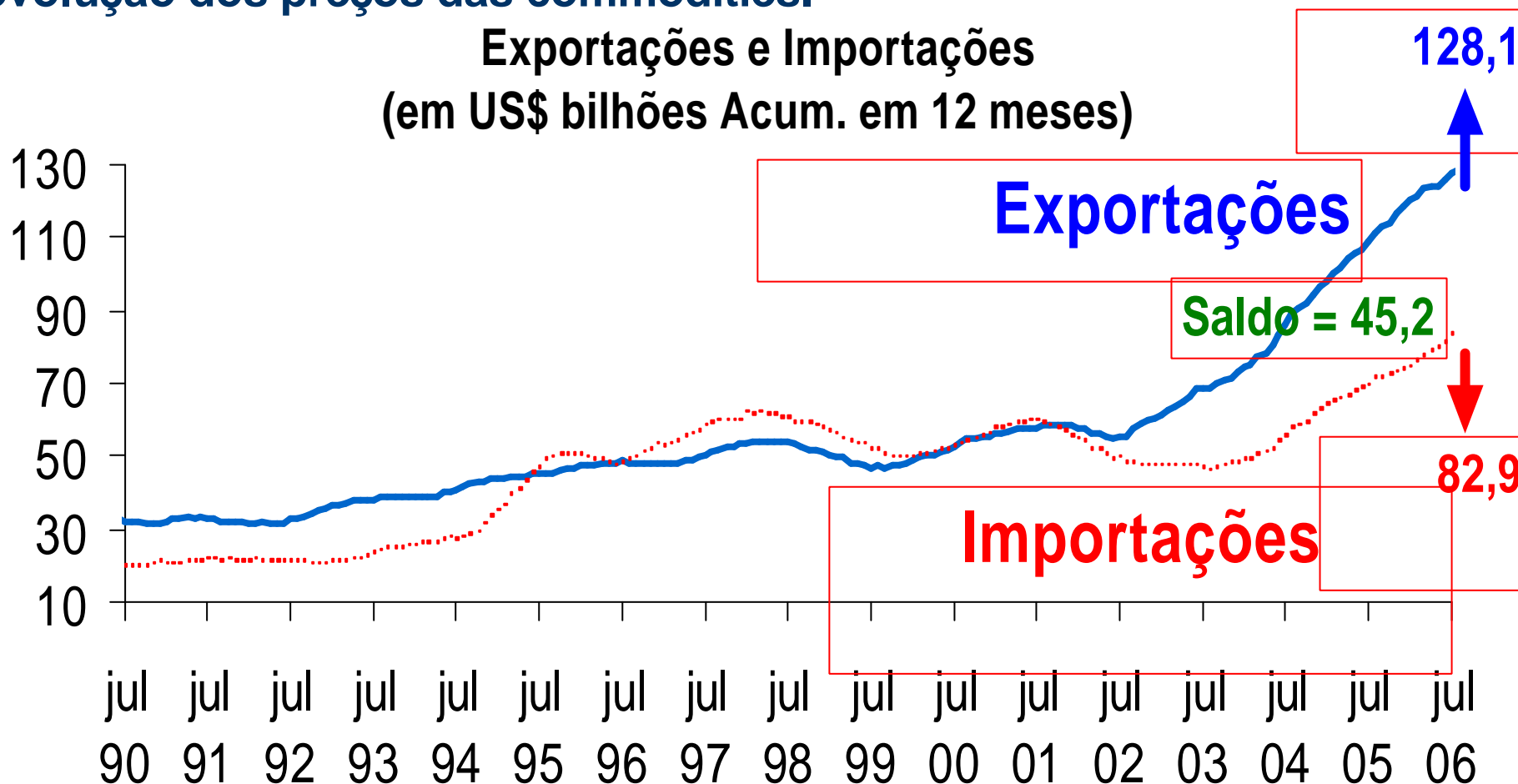
Fonte: Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



Saldo Comercial

O desempenho exportador tem se mantido vigoroso e deverá continuar nos próximos anos devido a mudanças estruturais internas e externas e à evolução dos preços das commodities.

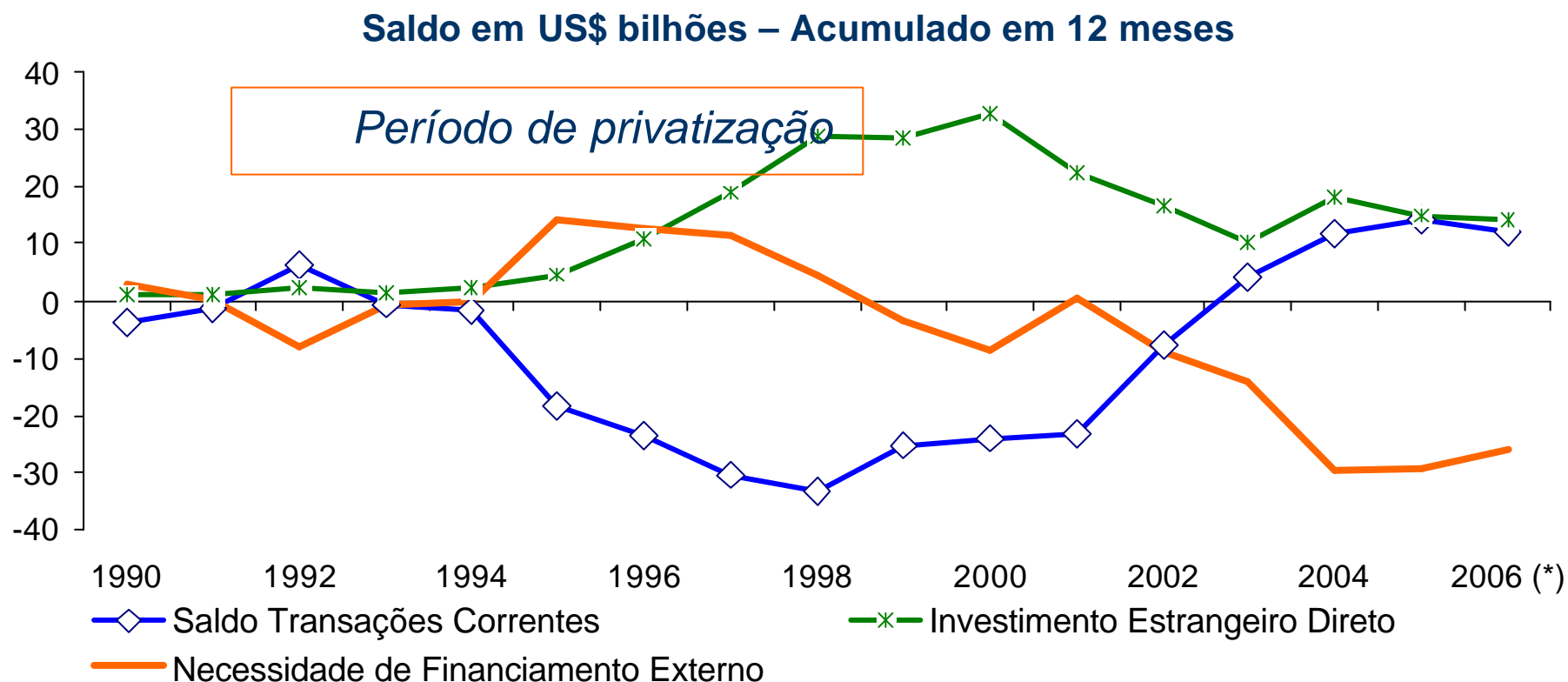
Exportações e Importações
(em US\$ bilhões Acum. em 12 meses)





Necessidade de Financiamento Externo

O saldo em conta corrente é positivo desde 2003 e, somado ao investimento externo direto, isto significa uma menor dependência de financiamento do exterior.



(*) até junho.

Obs. Nec. Finan. Externo = - (Saldo Transações Correntes + Invest. Estr. Direto)

Fonte: BCB. Elaboração: MF/SPE



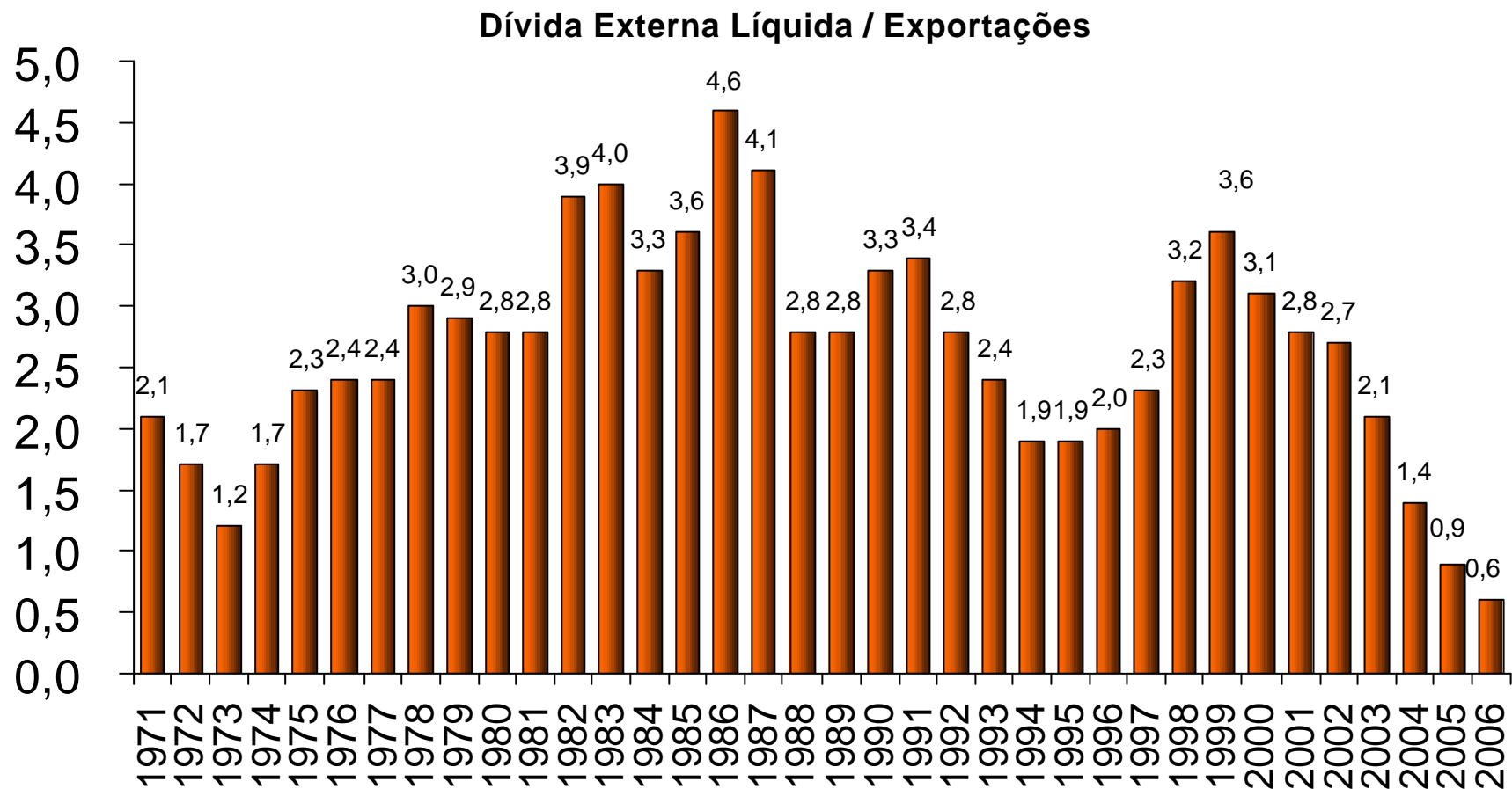
Medidas na Área Cambial

- **Redução de custos de transação e desoneração tributária** com a flexibilização da exigência de cobertura cambial nas receitas de exportação de bens e serviços.
- **Redução da burocracia nas operações cambiais** com a adoção de contrato simplificado de câmbio para exportações e importações.
- **Limpeza de “entulho” cambial** com a permissão de registro no BCB da parcela do capital de empresas que têm participação estrangeira regularizada, mas que, por razões diversas, ainda não está registrada na Autoridade Monetária.
- **Ampliação da aceitação da moeda nacional no território brasileiro** com a permissão de pagamentos em Reais nas compras em lojas francas localizadas na zona primária de porto ou aeroporto (*free-shops*).



Solvência Externa

A relação entre a dívida externa líquida e as exportações é a mais baixa desde que tal indicador passou a ser calculado.



(*) estimado p/ junho

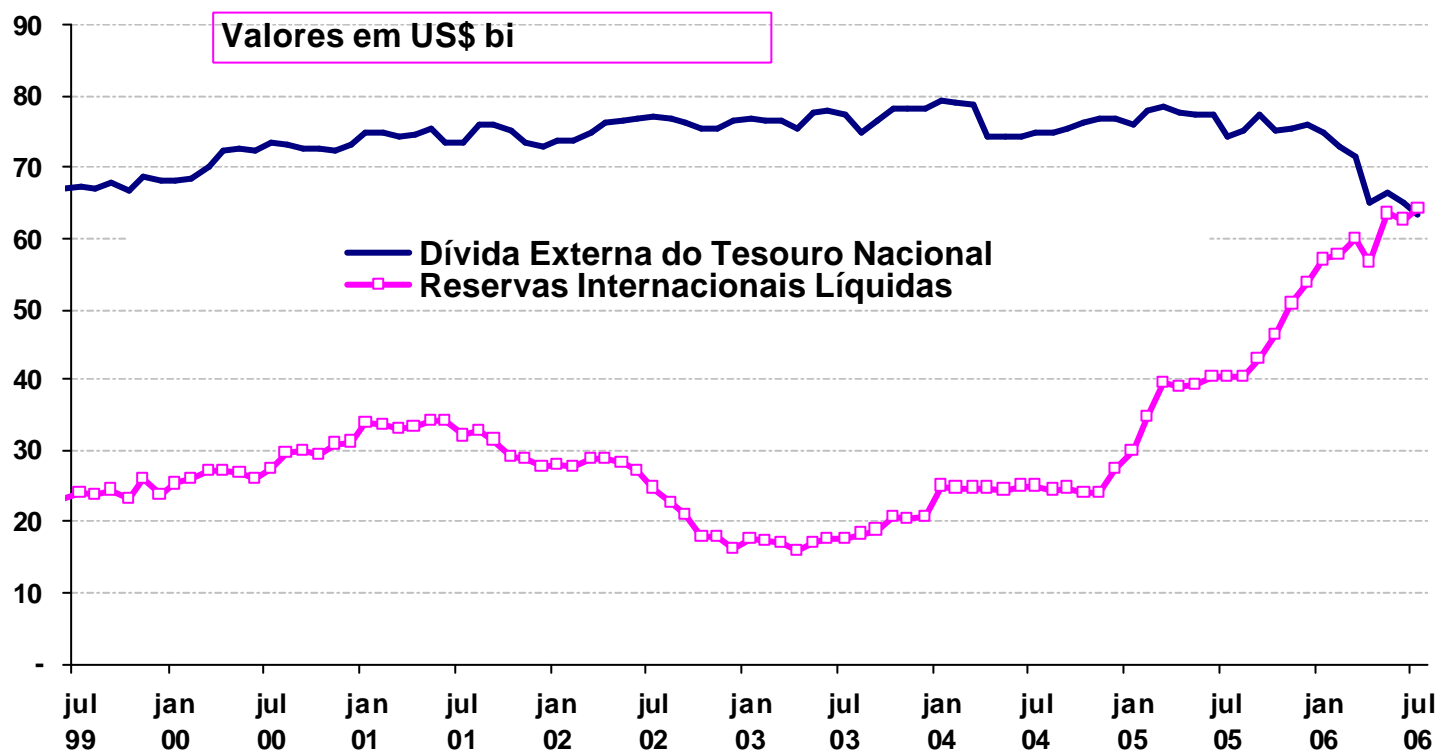
Fonte: BCB.

Elaboração: MF/SPE



Solvência Externa

A melhora no gerenciamento da dívida externa permitiu que, em julho de 2006 ocorresse um fato inédito desde a adoção do câmbio flutuante: a Dívida Externa do Tesouro Nacional atingiu um valor inferior ao das Reservas Internacionais Líquidas.



Obs: posição no dia 17 de Julho.

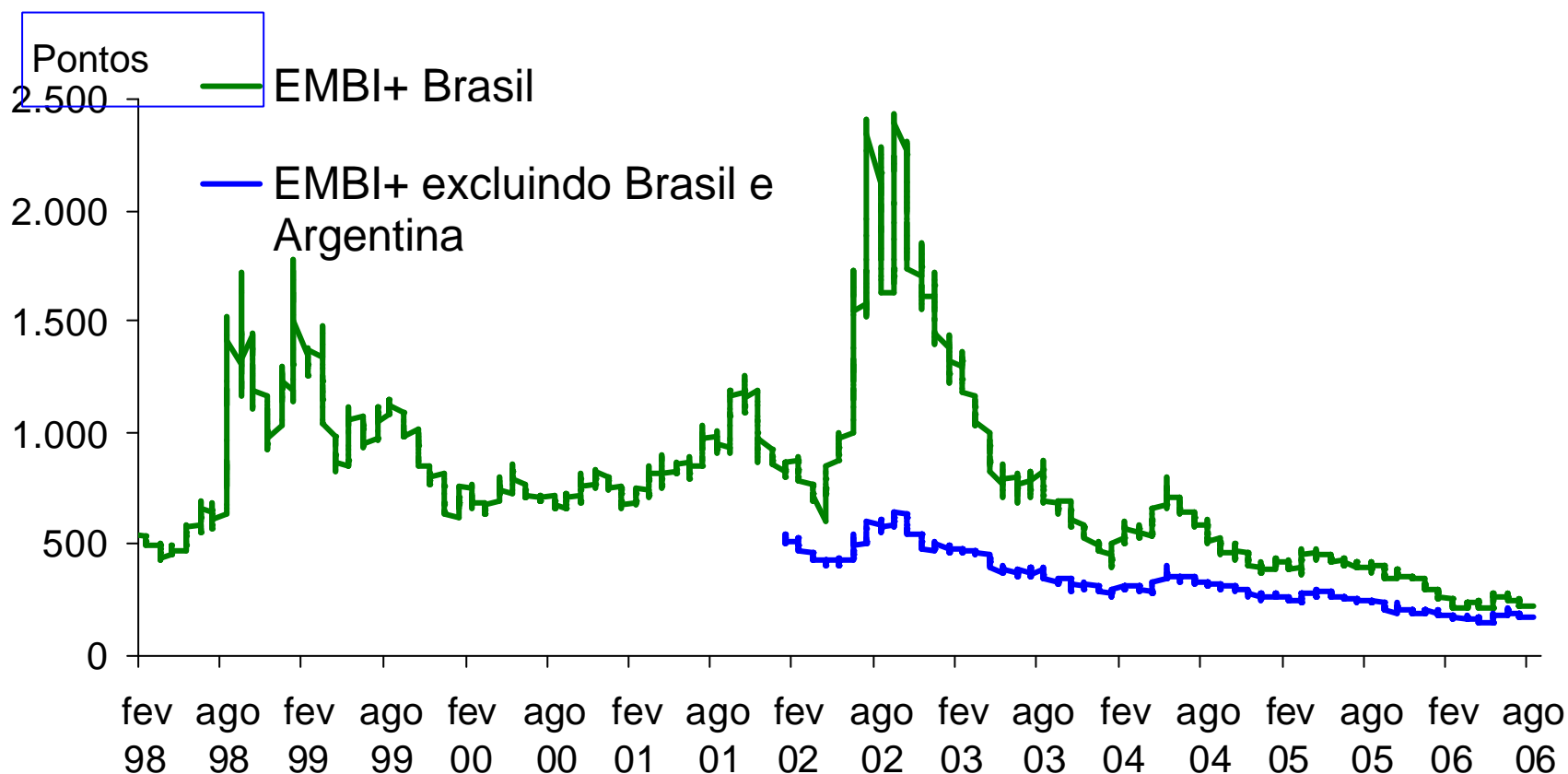
Fonte: MF/STN.

Elaboração: MF/SPE



Risco País

O compromisso do Governo com a estabilidade macroeconômica, a redução da vulnerabilidade externa e a melhora nas finanças públicas fez com que o risco país despencasse nos últimos 3 anos.



Embi Brasil disponível a partir de 1998 e Embi excluindo Brasil e Argentina a partir de 2002.

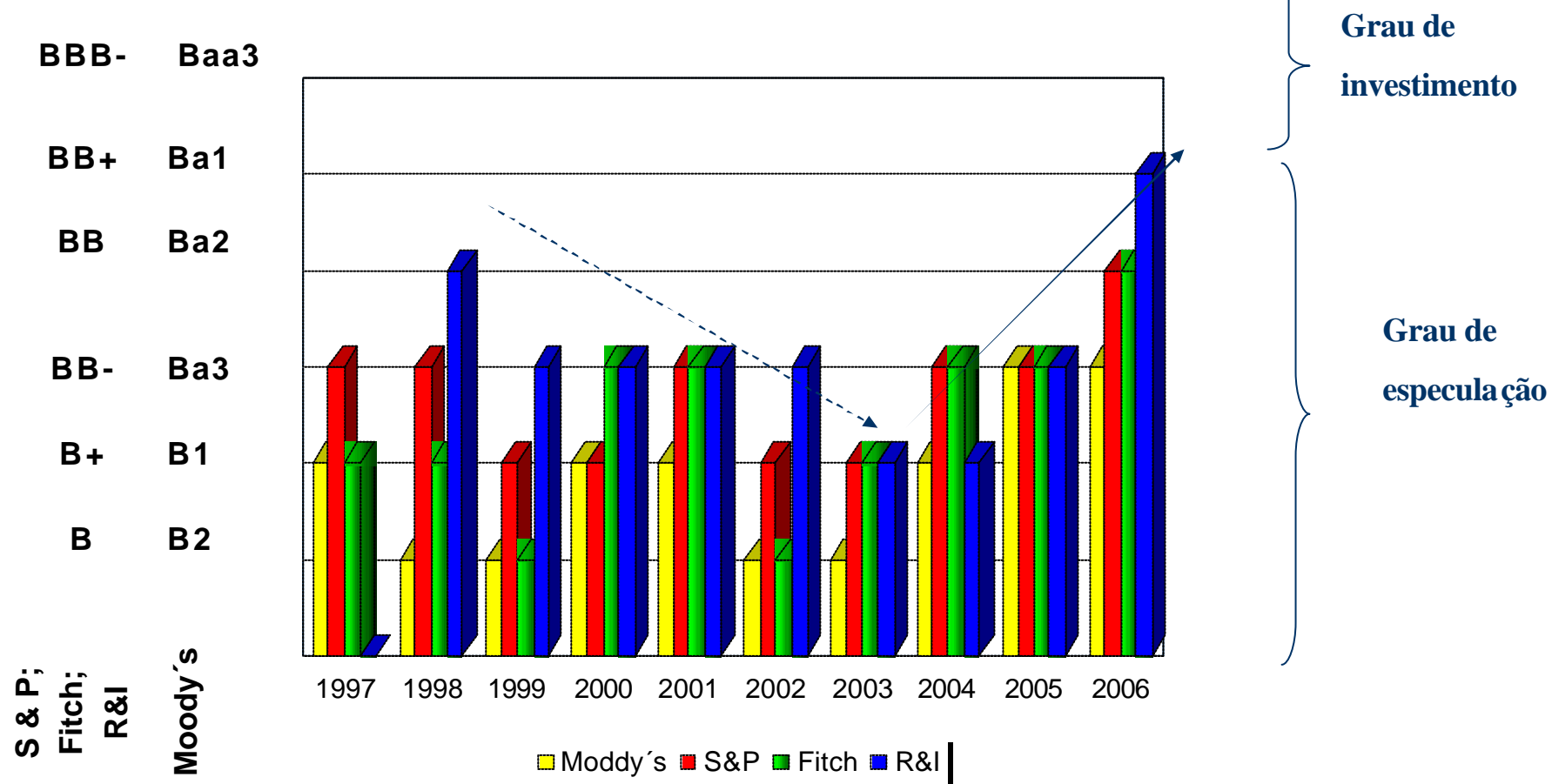
Fonte: JP Morgan

Elaboração: MF/SPE



Classificação de risco das principais agências

Melhora na classificação da R&I coloca o Brasil a um passo do *Investment Grade*

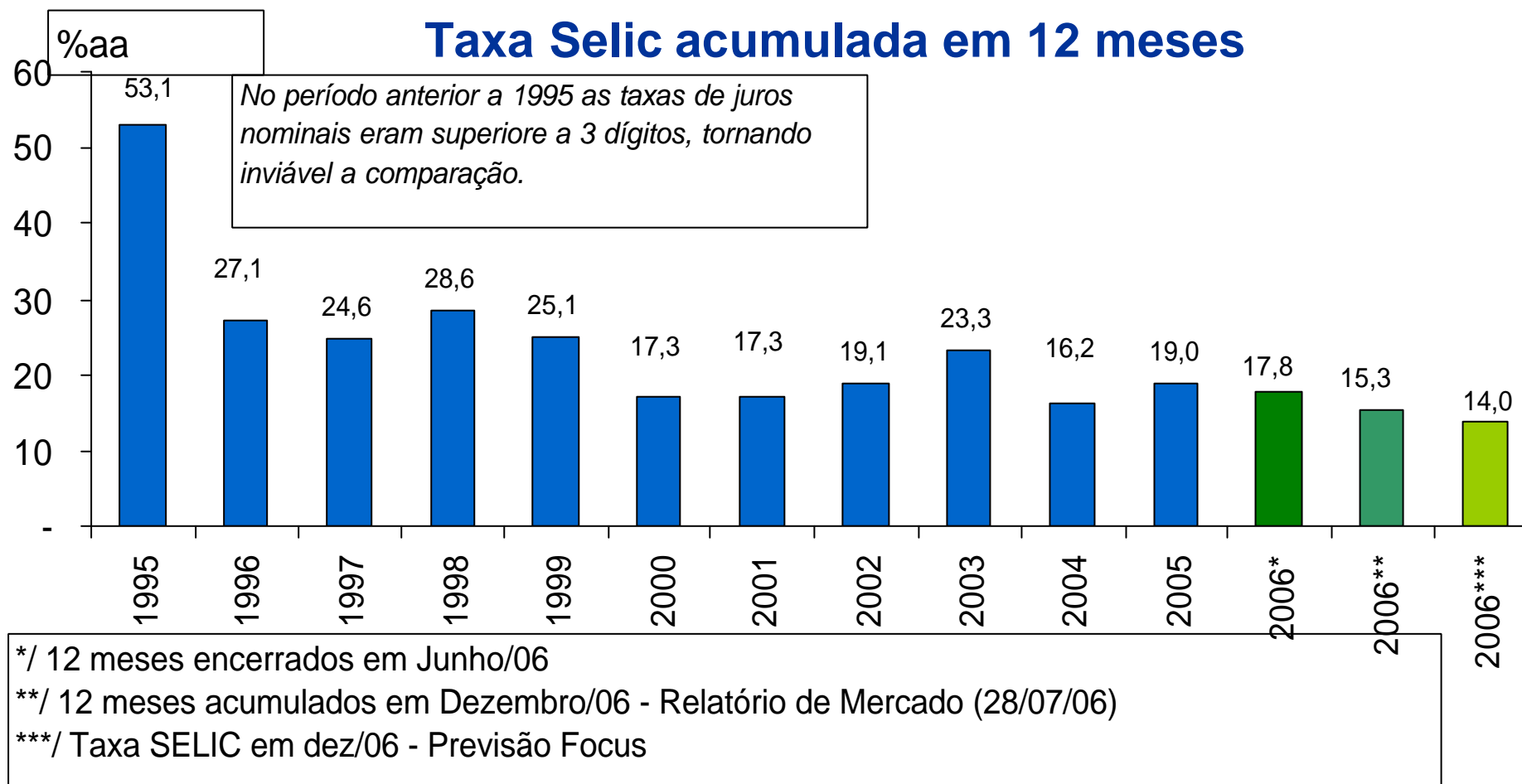


Obs.: Em 2006, posição de julho
Fonte: Agências de Rating Elaboração: MF/SPE



Taxa de Juro Nominal

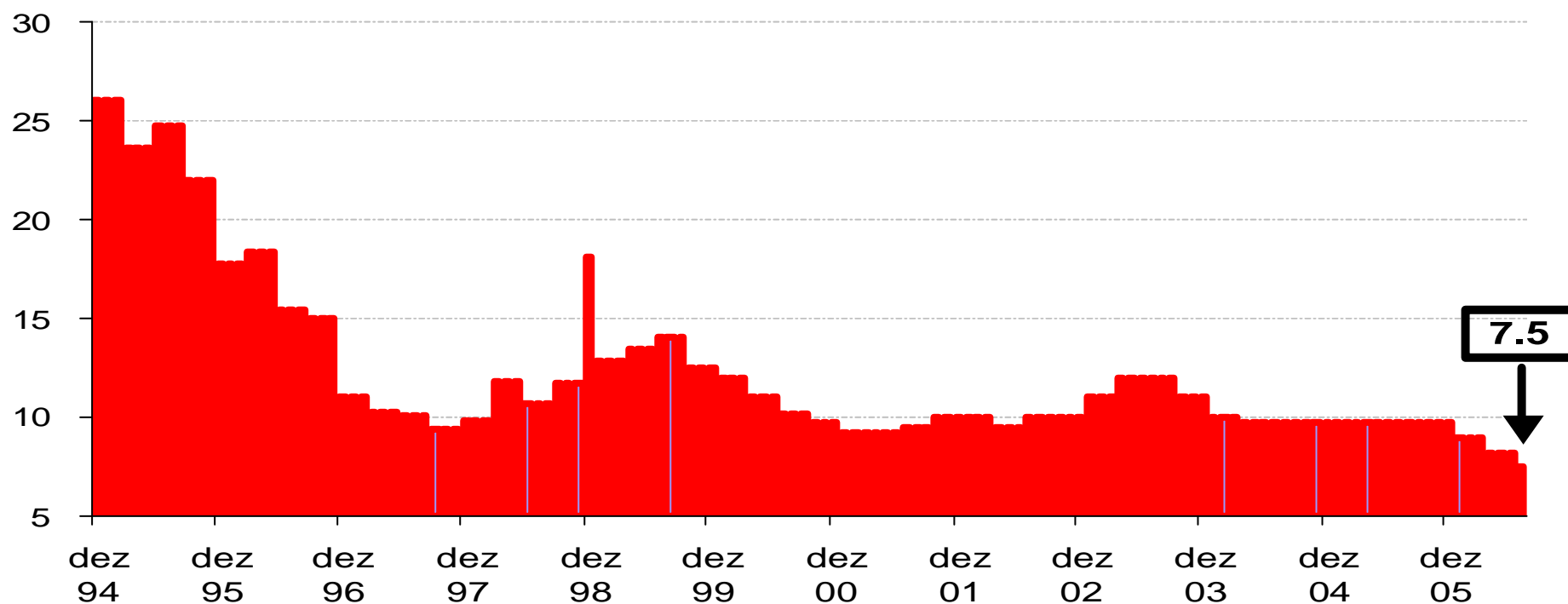
A alta da inflação forçou uma elevação da taxa SELIC em 2003 e em 2005, mas a atual desaceleração da inflação tem permitido um ciclo sustentado de redução da taxa básica de juro.





Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) % aa

Em complementação à redução da taxa SELIC e em um contexto de declínio da taxa de inflação e do risco País, o CMN reduziu a TJLP para o nível mais baixo da história. A medida trará como reflexo o estímulo ao investimento e ao aumento do produto potencial.



TJLP criada em 1994.

Fonte: BCB. Elaboração: MF/SPE

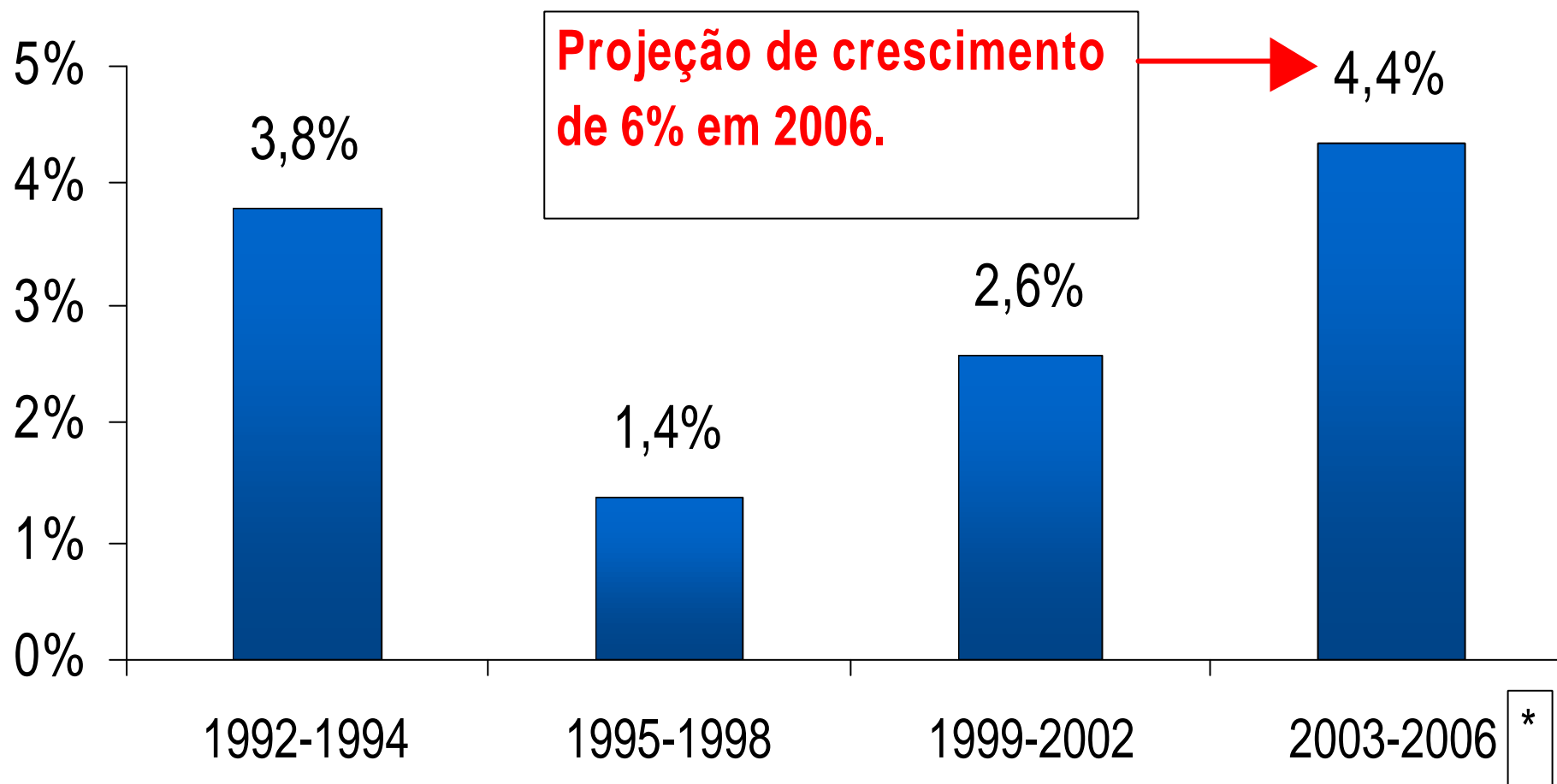


Características do Novo Ciclo de Crescimento

- **Aceleração do crescimento do PIB**
- **Aumento do investimento**
- **Crescimento da produtividade**
- **Crescimento e formalização do emprego**
- **Aumento da massa salarial real**
- **Expansão do crédito**
- **Inclusão social**
- **Aumento do mercado interno**



Produção Industrial (Média da Taxa de Crescimento no Período)



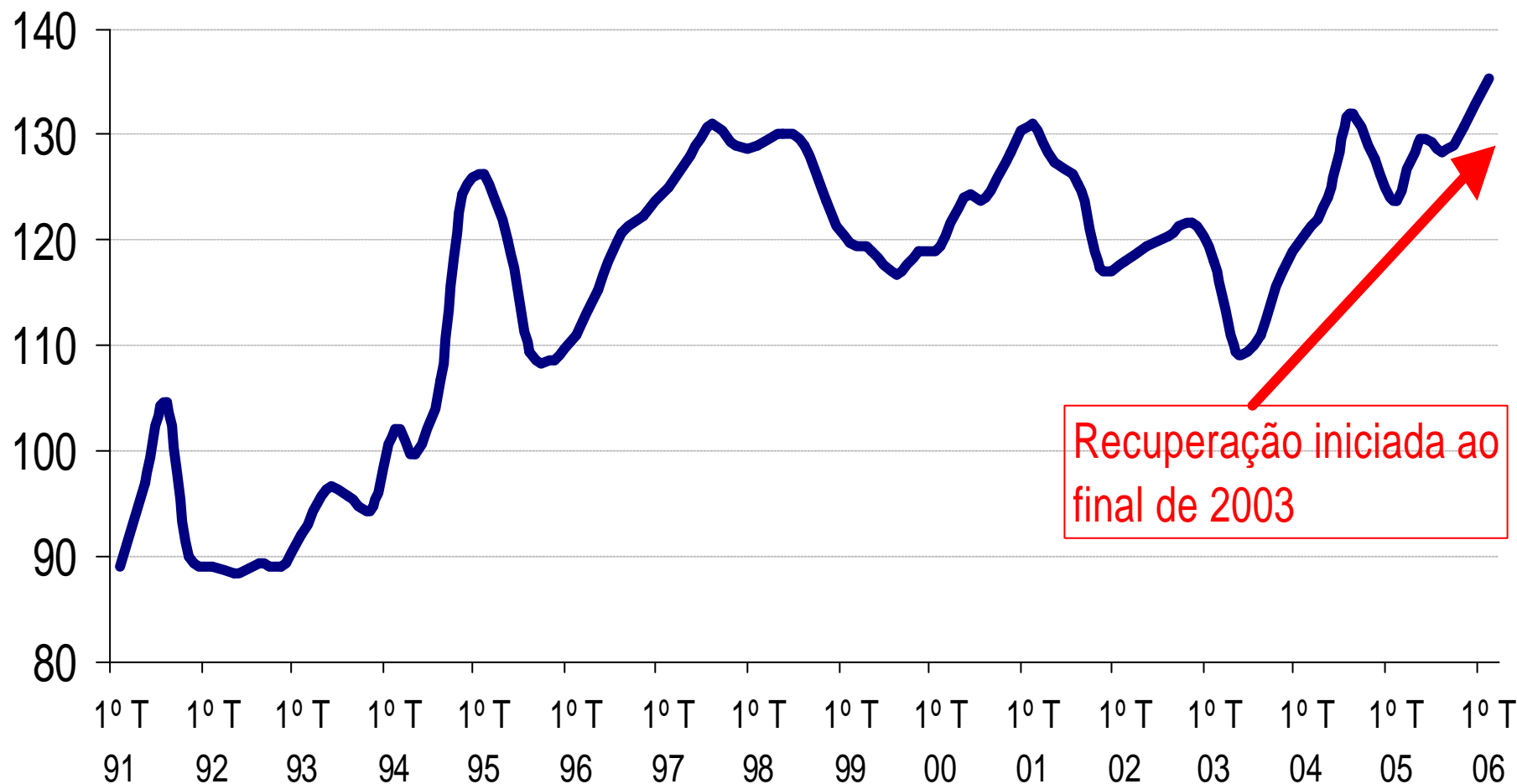
Série da Produção Industrial inicia-se em 1991.

Fonte: IBGE.

Elaboração: MF/SPE



Formação Bruta de Capital Fixo (1990 = 100, com ajuste sazonal)

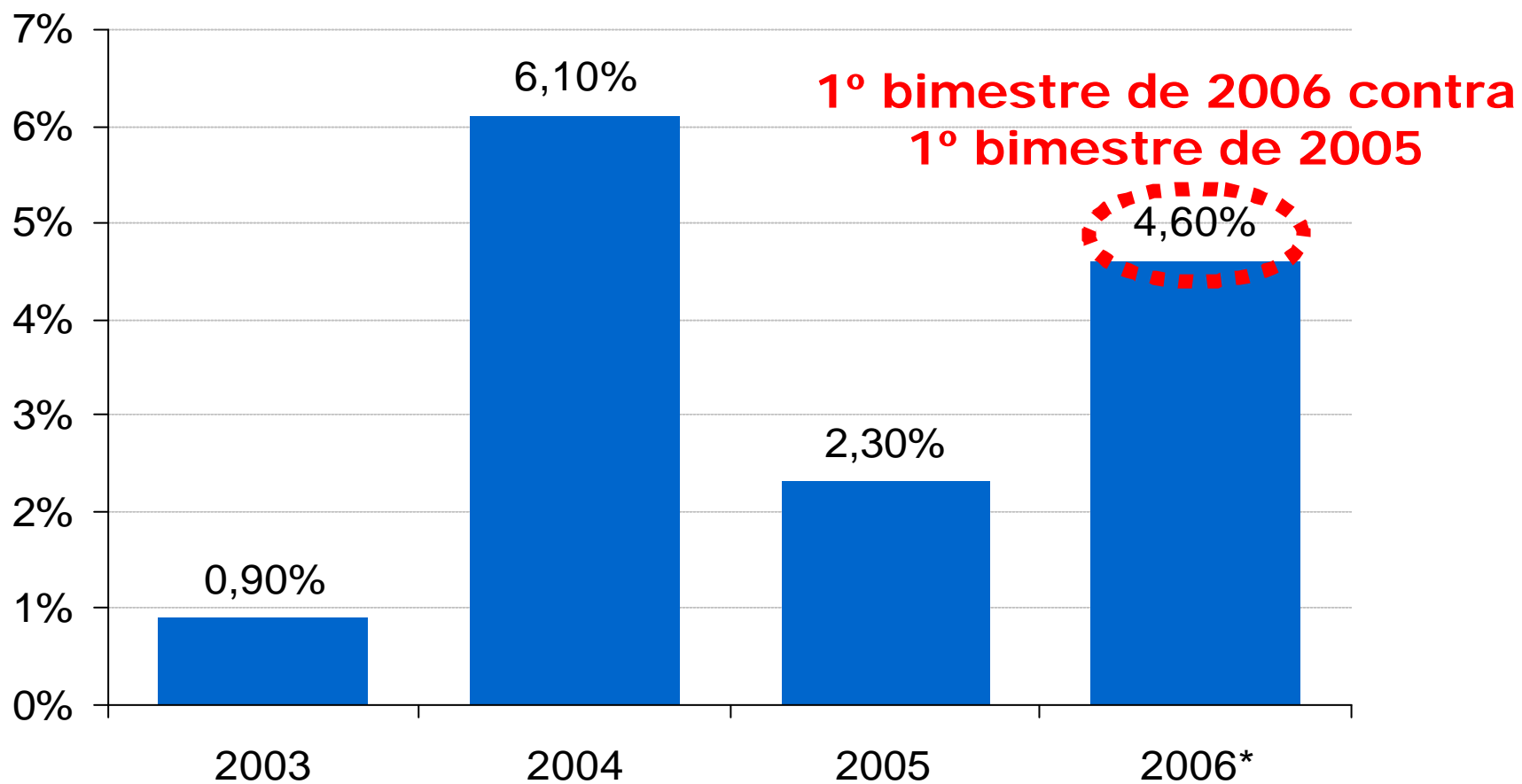


Fonte: IBGE.

Elaboração: MF/SPE



Produtividade da Indústria Taxa de Crescimento Anual (%)



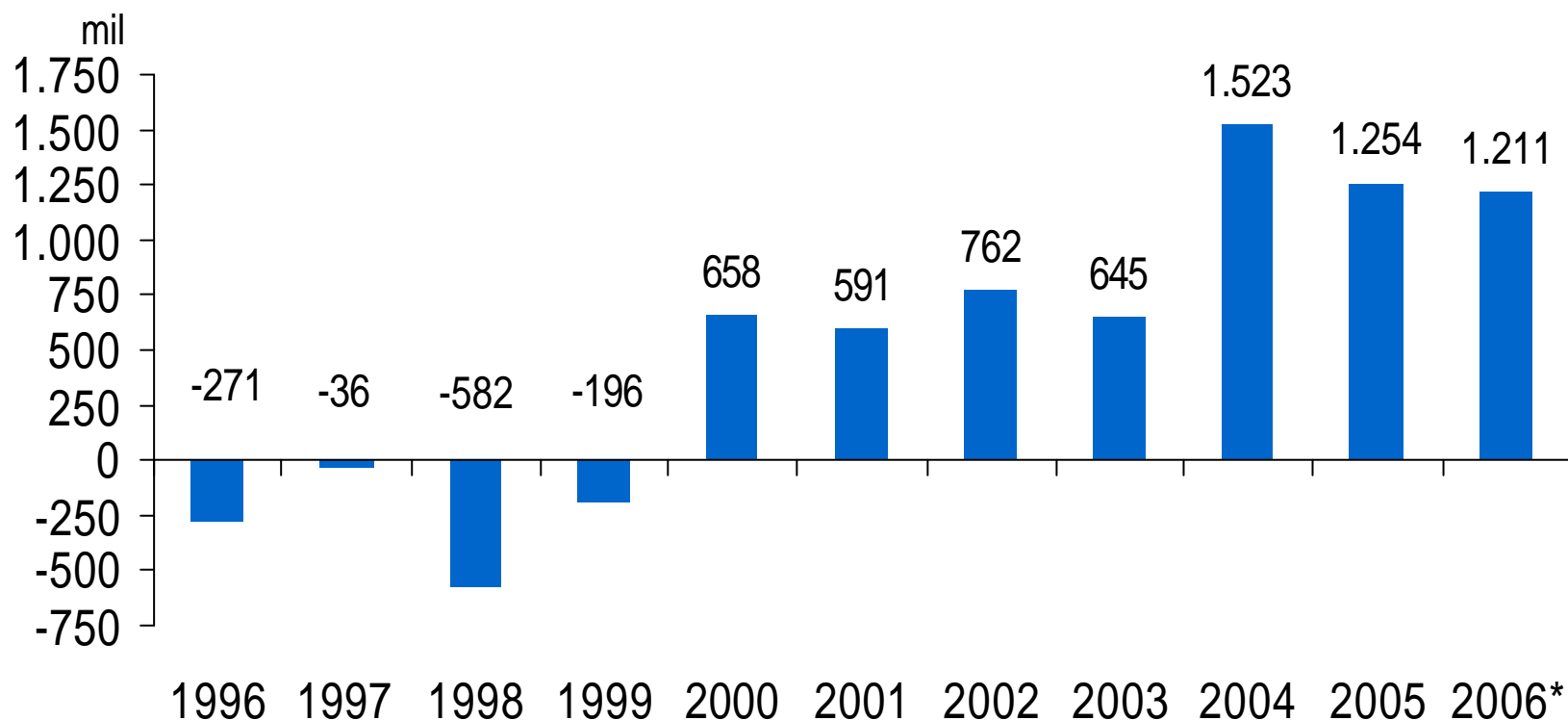
Fonte: MF/SPE.



Crescimento Sustentado: Emprego

Emprego Formal: Novos Postos Acumulados em 12 meses

(em 1.000)



(*) 12 meses até jun/06

Notas: Dados disponíveis apenas a partir de 1996.

Mudança metodológica em 2002: a) o estoque de emprego de estabelecimentos novos ou que fecharam passou a ser zero (antes era utilizado o número informado para o 1º dia de janeiro); b) a movimentação de todos os estabelecimentos (novos e velhos) passou a ser considerada para índice de emprego (antes só era considerada a movimentação dos estabelecimentos velhos).

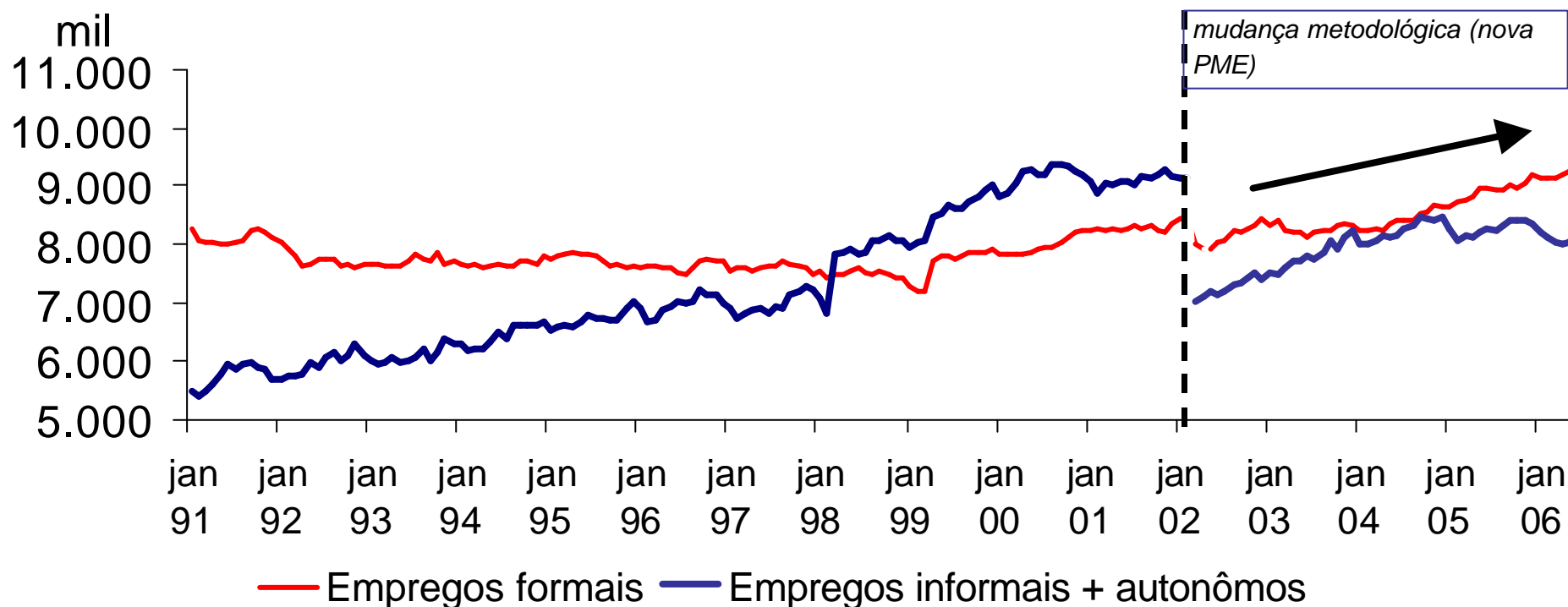
Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: MF/SPE.



Formalização do Emprego

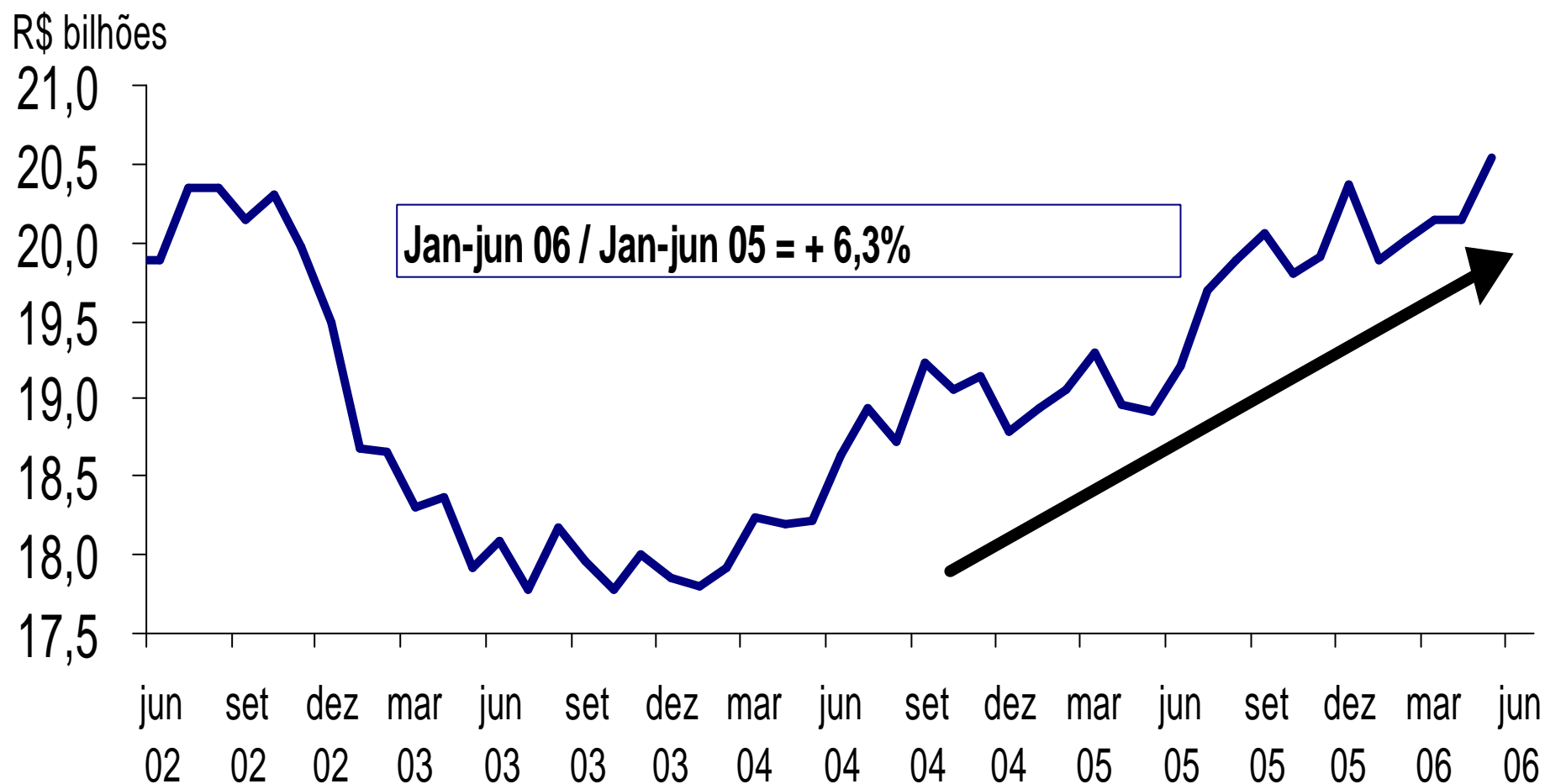
Número de Ocupados nas 6 principais regiões metropolitanas do País





Massa Salarial Real *

(R\$ bilhões em 6 Regiões Metropolitanas)



(*) Utilizado o rendimento habitual real, que não está disponível para a PME antiga.

Fonte: IBGE/PME . Elaboração: MF/SPE.



As transferências do Governo além de melhorar a distribuição de renda contribuem para ampliar a renda disponível da população.

Massa Salarial Ampliada

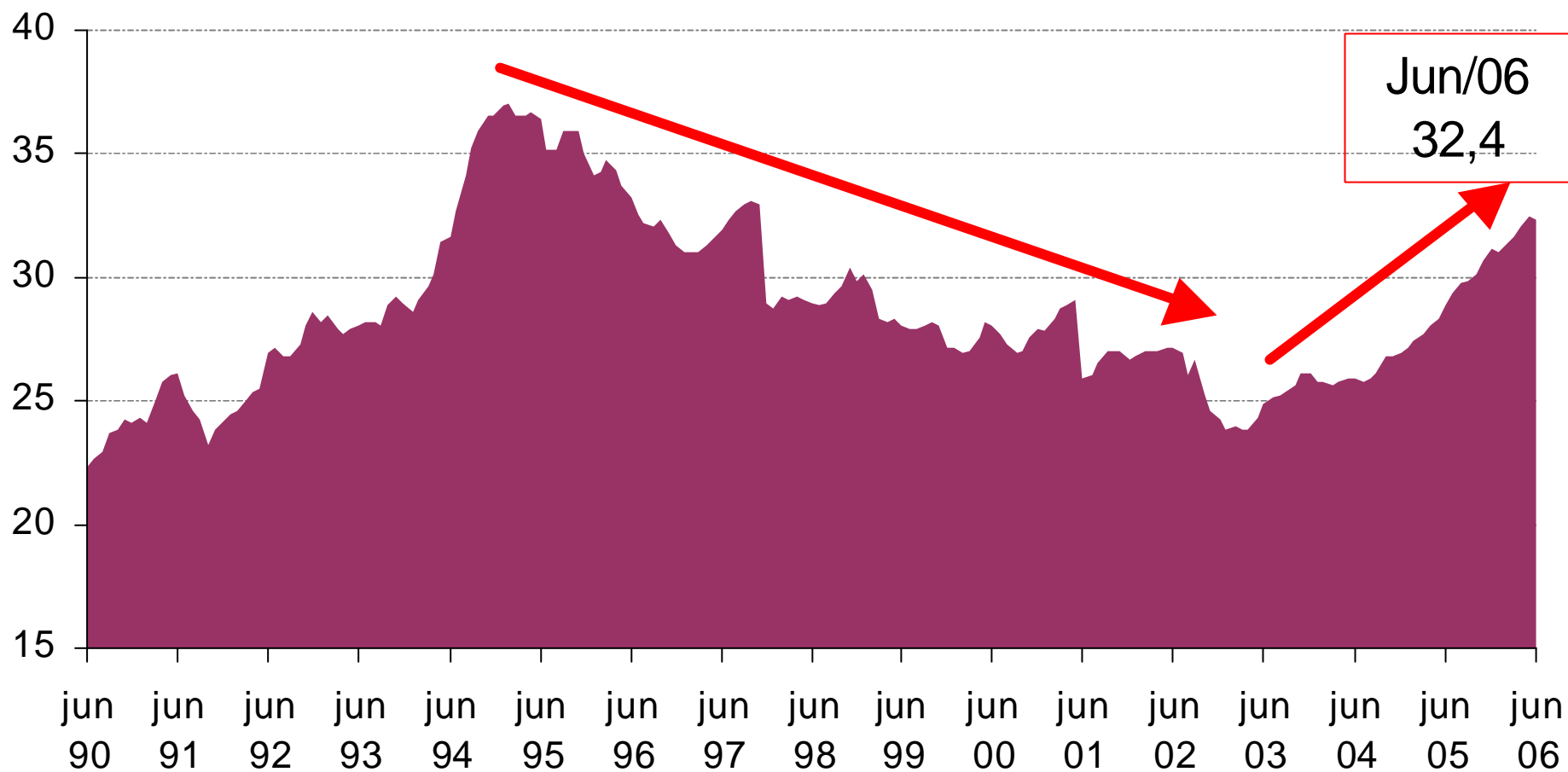
Anos	Renda Real do Trabalho ¹		Transferências do Governo ²		Total	
	R\$ milhões	Var. %	R\$ milhões	Var. %	R\$ milhões	Var. %
2002	491.072		143.905		634.977	
2003	474.256	-3,4%	148.056	2,9%	622.312	-2,0%
2004	509.964	7,5%	163.361	10,3%	673.325	8,2%
2005	534.094	4,7%	176.517	8,1%	710.611	5,5%
2006	559.007	4,7%	191.237	8,3%	750.244	5,6%

(1) PME (6 Reg. Metr. extrapolada para todo o País, a partir da PNAD)

(2) Aposentadorias e pensões do INSS, seguro desemprego, bolsa-família, FGTS etc.



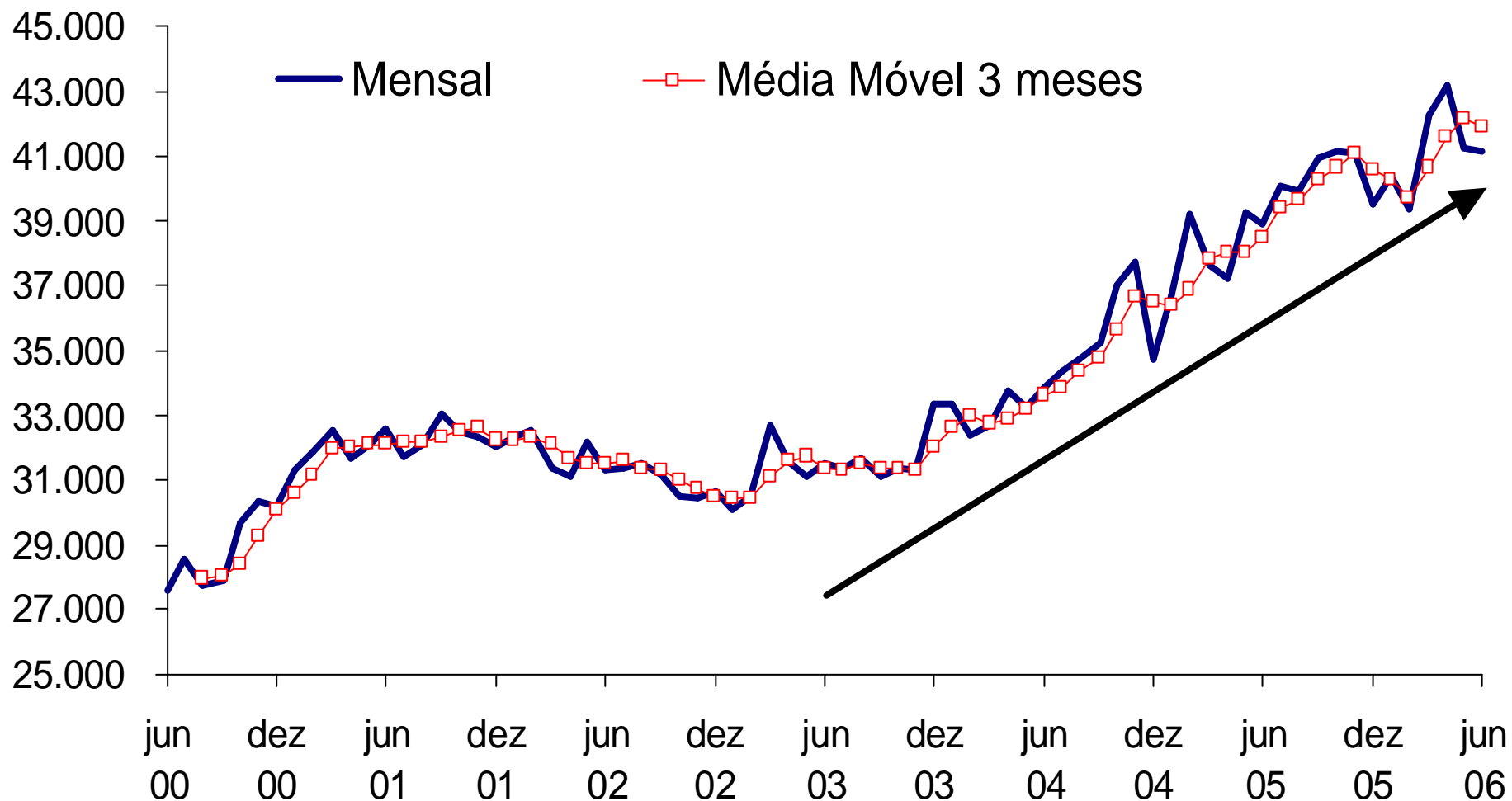
Volume de Operações de Crédito (em % do PIB)





Operações de Crédito à Pessoa Física

(em R\$ milhões - dados deflacionados e sazonalmente ajustados)



Dados a partir de junho 2000.

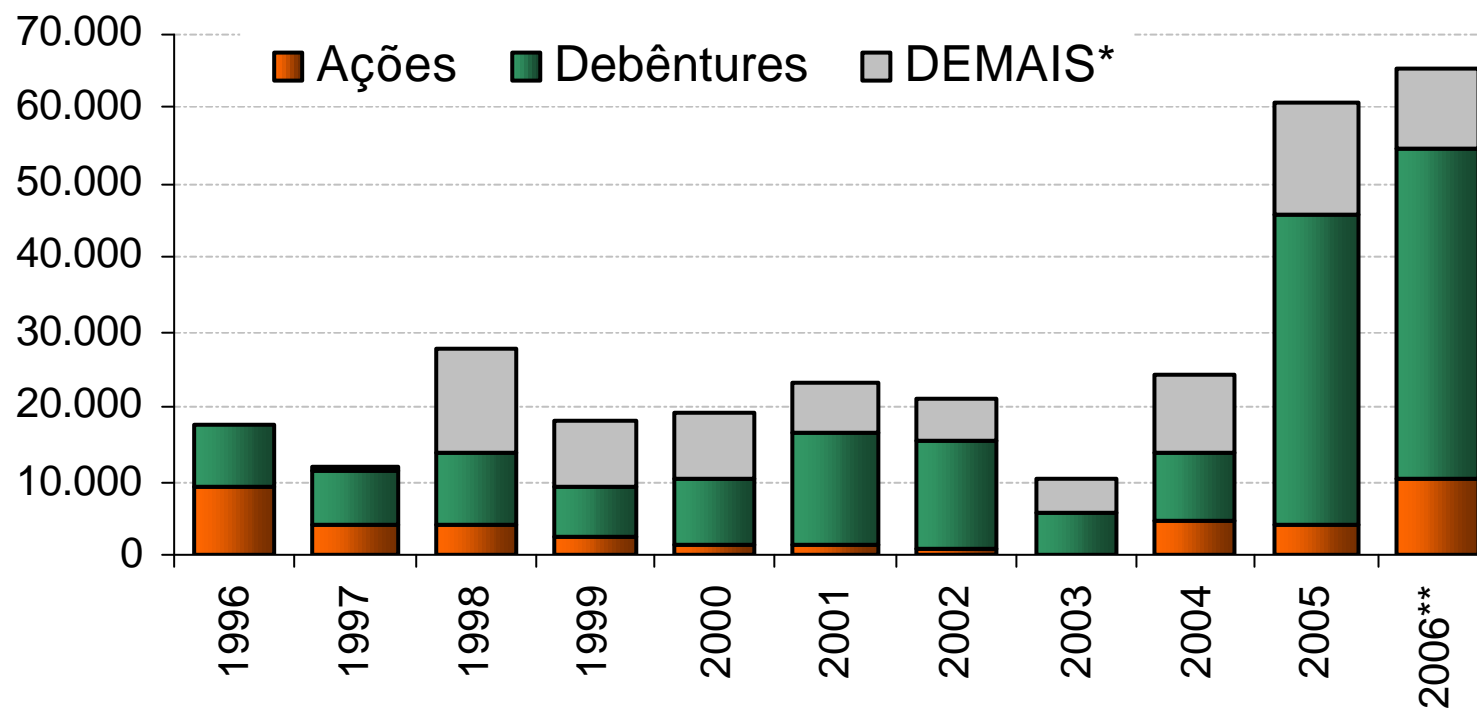
Fonte: BCB.

Elaboração: MF/SPE.



Mercado de Capitais - Emissões Primárias (R\$ milhões correntes)

Mesmo sendo ano eleitoral, as emissões primárias realizadas até Julho de 2006 já superam o recorde alcançado no ano passado.



(*) Inclui notas promissórias, CRIs e quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, dentre outros.

(**) Valores acumulados no ano até Julho.

Dados disponíveis a partir de 1996.

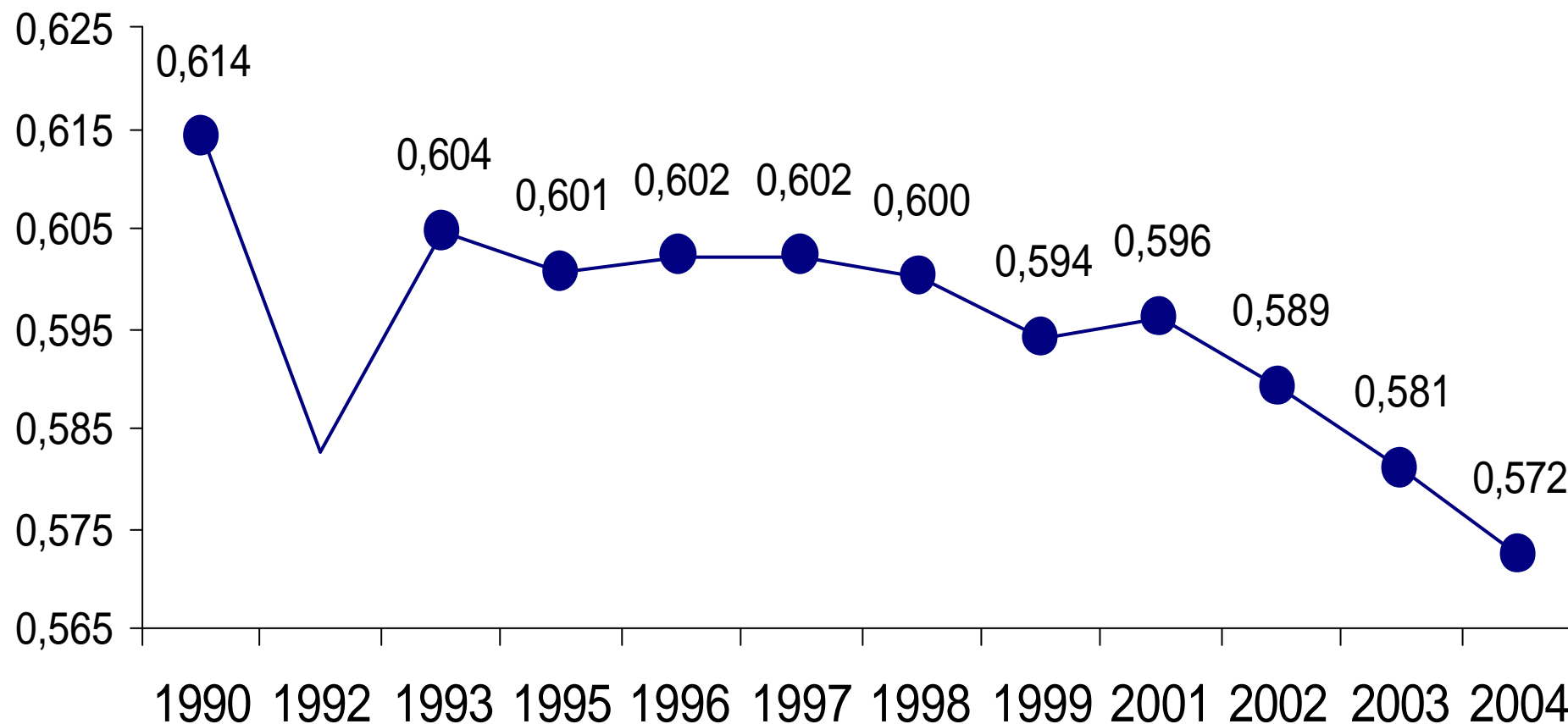
Fonte: CVM.

Elaboração: MF/SPE.



Redução da Desigualdade

Reduziu-se a concentração de renda no País
Índice de Gini



Não houve PNAD em 1994 e em 2000

Fonte: IPEADATA

Elaboração: IPEA.



Sinais da Mudança na Distribuição de Renda:

- **“Aumento da renda tira 6 milhões da classe D/E”** (Folha de São Paulo 09/07/2006)
- **“Sete milhões de pessoas sobem para a classe média”** (O Globo, 09/07/2006)
- **“Crescimento eleva renda e emprego formal”** (Valor Econômico, 10/07/2006)



Agenda de Reformas

Principais Objetivos das Reformas

1. Aperfeiçoamento do Sistema Tributário
2. Redução do Custo do Investimento Produtivo
3. Melhora do Ambiente de Negócios
4. Aperfeiçoamento dos Mercados de Crédito e de Capitais
5. Incentivo à Poupança de Longo Prazo
6. Aprimoramento dos Mecanismos de Resolução de Conflitos e de Execução de Garantias



Agenda de Reformas

Principais Emendas Constitucionais Aprovadas

- Reforma da Previdência (EC 41 / 2003)
- Reforma Tributária (EC 42 / 2003)
- Reforma do Judiciário (EC 45 / 2004)

Principais Leis Aprovadas

- Crédito Consignado (Lei 10.820)
- Aprimoramento legal do setor imobiliário (Lei 10.931)
- Lei de Inovação (Lei 10.973)
- Parceria Público Privada (Lei 11.079)
- Lei de Falência (Lei 11.101)



Perspectivas favoráveis para 2006

1. Continuação do Crescimento Global
2. Fortalecimento do Mercado Interno
3. Crescimento de 4,0% a 4,5% do PIB
4. Redução da inflação
5. Redução da taxa de juro e do endividamento público



Perspectivas para 2006

A situação é semelhante a de 2002:

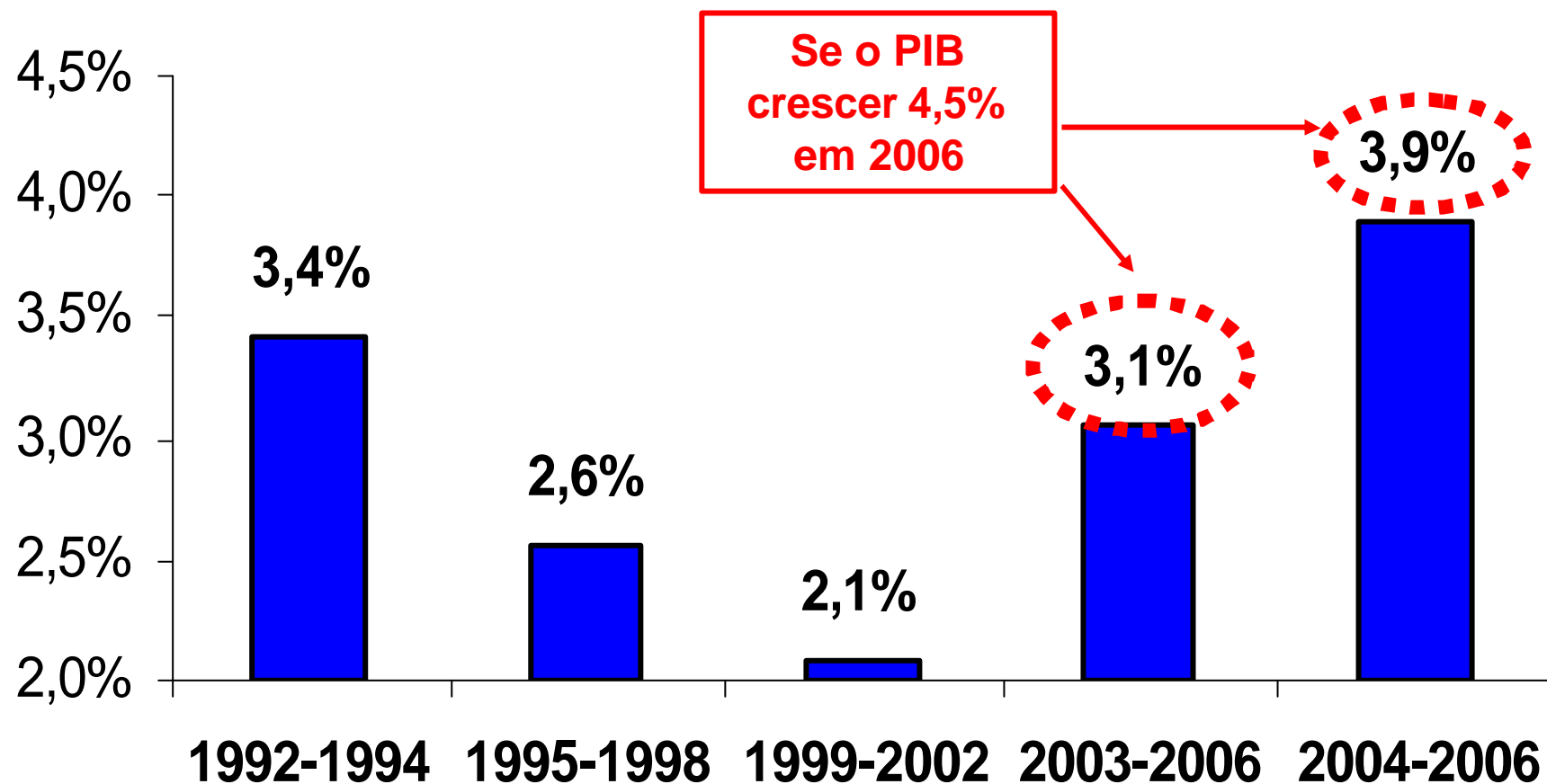
- Ano eleitoral
- Turbulência externa

Mas como os fundamentos macro são diferentes:

- Os juros no Brasil caem (enquanto em outros países sobem), e
- O Brasil continua tendo demanda por seus papéis de longo prazo (com vencimento acima de trinta anos, tanto no mercado doméstico quanto no externo).



PIB: Taxa de Crescimento Médio no Período





Combinação Única na Política Econômica:

- **Estabilidade monetária, com crescimento econômico**
- **Responsabilidade fiscal, com ampliação dos programas sociais**
- **Crescimento da produtividade, com aumento do emprego**



Desafios para o Próximo

Primeira fase: **Governo**

Consolidação da estabilidade macroeconômicas e dos fundamentos para o crescimento sustentável.

Segunda fase:

Potencializar o crescimento e a geração de emprego, com inclusão social e implementação do modelo de consumo de massa no Brasil.

Desafio: aumentar o investimento para sustentar o crescimento do PIB e romper a barreira do 5% ao ano.



O Desafio do Investimento

- **Mudança de fase: da modernização para a expansão da capacidade produtiva.**
- **Aumento da taxa de investimento**
- **Aumento do investimento em infraestrutura**
- **Redução do custo financeiro do investimento**



Política Monetária e Crédito

- Reduzir a taxa básica de juro real para 5% ao ano
- Aumentar o volume de crédito para 50% do PIB
- Reduzir os *spreads* bancários
- Aprofundar o desenvolvimento do mercado financeiro



Política Fiscal e Dívida Pública

- **Reduzir o déficit nominal e a relação dívida/PIB**
- **Aumentar o investimento público**
- **Desonerar o investimento privado e a folha de pagamento**
- **Estabilizar as transferências previdenciárias e assistenciais em % do PIB**
- **Conter os demais gastos correntes em % do PIB**
- **Reduzir a indexação da dívida pública à taxa SELIC**



Emprego e Inclusão Social

- **Continuação da redução na taxa de desemprego e do aumento no rendimento médio do trabalho**
- **Maior geração de empregos formais de média e alta qualificação**
- **Redução da pobreza e da desigualdade na distribuição de renda**
- **Melhora no acesso da população aos serviços básicos de infra-estrutura**
- **Melhora nos serviços de educação e saúde.**



Desenvolvimento Produtivo

- **Incentivo à inovação**
- **Apoio às pequenas e médias empresas**
- **Estímulo à internacionalização das grandes empresas brasileiras**



Agenda de Reformas

(medidas em tramitação)

- Reformulação do Sistema Nacional de Defesa da Concorrência (PL 5877)
- Novas Leis das Agências Reguladoras (PL 3.337)
- Abertura e Fechamento de Empresas – REDESIM (PL 6529)
- **Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (PLC 123)**
- **Cadastro Positivo (PL 5870/05)**
- Abertura do mercado de resseguro (PLC 249)
- Padronização das Normas Contábeis (PL 3.741)
- Lei de Falências – Parcelamento de Créditos Tributários (PL 5250)
- Reforma Código de Processo Civil – Execução de Títulos Extrajudiciais (PL 4497/04)
- Lei da Mediação (PL 94/04)
- Previdência Complementar do Servidor Público (no Executivo)

